

Junho de 2022

Privatização da Eletrobras



PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: ENTENDA O PROCESSO, PONTOS DE VISTA DISTINTOS E O IMPACTO NO CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL.

Histórico

A criação da Eletrobras foi proposta em 1954 pelo então Presidente Getúlio Vargas, como parte do projeto de desenvolvimento de Vargas. Desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira já no ano de 1963, um ano após sua criação, quando entrou em operação a primeira unidade da Usina Hidrelétrica de Furnas (MG), evitando assim o colapso então iminente do fornecimento de energia aos parques industriais dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O Regime Militar, com sua tendência ao centralismo, contribuiu para uma maior auto afirmação da Eletrobras como agência planejadora e financiadora, além de holding de outras empresas federais. Responsável por 28% do total da capacidade de geração do país, a Eletrobras tem capacidade instalada de 50.515 megawatts e 164 usinas – 36 hidrelétricas e 128 térmicas, sendo duas term nucleares. A empresa também promove o uso eficiente da energia e o combate ao desperdício por intermédio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).

Contexto Geral

Responsável por quase um terço da capacidade de geração de energia do Brasil, a Eletrobras, em vias de ser privatizada, é a maior empresa de energia da América Latina. Com 105 usinas e 13 mil funcionários em todas as regiões do país, a empresa responde por 44% do sistema de transmissão nacional. Em 2021, a empresa faturou R\$ 44,4 bilhões e teve lucro líquido de R\$ 5,7 bilhões. O balanço desse ano seria usado como base para definir os parâmetros de preço da oferta de ações, mas demora na análise pelo TCU (Tribunal de Contas da União) atrasou o processo. Nesta quarta-feira (18) o TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou o processo de privatização da estatal por 7 votos a 1, abrindo caminho para uma das maiores operações em Bolsa na história brasileira. O plano do governo é obter R\$ 67 bilhões ao abrir mão do controle da Eletrobras, divididos entre outorgas pagas à vista à União, um depósito à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e investimentos na bacia do rio São Francisco. Há estimativas de que o valor da ação possa aumentar após a privatização, com reestruturações, ganhos de eficiência e fim da ingerência política

Como funciona a privatização?

A privatização é apenas uma das possíveis formas de desestatização. Por convenção, a palavra “privatização” acaba sendo usada normalmente como sinônimo. Há diferentes formas possíveis de desestatizar uma empresa: concessão, venda de ativos e parceria público-privada são alguns exemplos. No caso da Eletrobras, a forma escolhida foi a capitalização. Isso significa que a Eletrobras – que está listada na bolsa de valores – emitiu novas ações para oferta pública. A negociação desses papéis no pregão começa na segunda-feira (13). Com a venda desses novos papéis a diferentes acionistas, a participação do governo federal fica diluída de 62% para cerca de 45%.

O governo deixa de ser o acionista majoritário da empresa. Mesmo deixando de deter mais de 50% da empresa, a União mantém a chamada “golden share”. Trata-se de um mecanismo que dá ao governo privilégios como poder de veto em decisões estratégicas. No entanto, a estatal se tornou uma empresa sem controlador definido porque, segundo o governo, o poder de voto de cada acionista está limitado a 10%, independentemente da participação que venha a ter na companhia. Apesar da capitalização, o governo não cederá à iniciativa privada algumas subsidiárias da Eletrobras que atuam em setores considerados estratégicos. Foi criada uma nova empresa estatal para manter sob controle da União a Eletronuclear – responsável pelas usinas de Angra 1, 2 e 3 – e a Usina Binacional de Itaipu.

Para onde vai o dinheiro da privatização da Eletrobras?

- R\$ 32 bilhões serão destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ao longo dos próximos 25 anos, sendo que R\$ 5 bilhões serão pagos ainda em 2022. O objetivo é atenuar os reajustes tarifários e subsidiar políticas setoriais;
- R\$ 25,3 bilhões vão para o caixa do Tesouro e se referem ao chamado bônus de outorga, que será pago pela Eletrobras privatizada à União pela renovação dos contratos das 22 usinas hidrelétricas da empresa;
- R\$ 9,7 bilhões são compromissos de investimento em bacias hidrográficas, que deverão ser realizados em um período de 10 anos.

Impacto econômico e social

Talvez o impacto mais sério sobre o cidadão brasileiro seja o aumento de tarifas de luz. A Eletrobras é a empresa que vende a energia elétrica mais barata do país. No Brasil, cujo setor elétrico já é majoritariamente privado, e que tem a 2ª tarifa de energia elétrica mais cara do mundo, as estimativas do impacto da privatização sobre as tarifas variam de um aumento de 5% até um aumento de 18% ao ano.

Será um total de mais de R\$400 bilhões, ou R\$14 bilhões por ano, que sairá do bolso do consumidor. Além disso, a energia termelétrica normalmente é mais cara que a hidrelétrica, responsável por cerca de dois terços de toda a energia gerada no país. Isso também deve levar a um aumento na conta de luz. Há também outro fator na equação tarifária: o risco hidrológico, que representa o custo maior de produção de energia em momentos de escassez de água.

A energia elétrica representa uma parte relevante dos custos da indústria e do setor de serviços. Assim, esse aumento de preço da energia deverá também ser repassado aos produtos em geral, assim como acontece quando o diesel e o gás natural são reajustados.

Segundo levantamento da Abrace (Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres), o custo com energia elétrica representa 48% do preço do leite, 34% do valor da carne, 28% do que pagamos na cerveja e 10% do gasto em materiais de construção e açúcar. "Este acréscimo de custo pode representar, por exemplo, um aumento de 10% no leite e 7% na carne para todos os brasileiros", estimou a Abrace, em comunicado publicado em maio. Esse impacto se adiciona a um cenário que já é de pressão nas tarifas, com reajustes que podem chegar a 20% ou 30% em 2022, por causa da situação dos reservatórios em meio à crise hídrica e de aumentos que foram evitados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) em meio à pandemia.

Todos esses fatores podem levar a um aumento da inflação devido ao aumento, ou pressões, nos custos de produção. Cenário esse que só será visto após um período de tempo mais efetivo da privatização, ainda recente.

Pontos Favoráveis a Privatização

Analisando a privatização da Eletrobrás é provável que se observem alguns pontos positivos como consequência dela. Primeiramente, é muito provável que o preço da conta de luz seja reduzido, pelo menos a curto prazo, sendo ajudado também pelo subsídio do governo. Ela também traz um maior investimento, pois a gestão privada se libera de amarras estatais muito importantes.

Além disso, a privatização fornece outros benefícios para a empresa, como: o operacional, trazendo uma redução dos custos e uma potencialização de investimentos; o estratégico, por incrementar o portfólio, alinhado ao investimento vindo do operacional; o de uma gestão mais ágil e profissional, melhorando a sua estrutura de governança corporativa, passando de um mero operador para um protagonista. Por fim, é bom lembrar dos riscos financeiros. Qualquer tipo de prejuízo arcado por uma empresa privatizada é sustentado pelos seus sócios, já na estatal é sustentado, direta ou indiretamente, pela população.

Pontos Contrários a Privatização

Com a privatização da Eletrobras também podem ser observados alguns pontos contrários e potencialmente danosos para a população brasileira. Primeiramente, existem análises afirmando que mesmo com a possível baixa de preços da conta de luz no curto prazo, o normal será que isso se altere no longo prazo para que o preço se equipare com o de outras empresas privadas. Sendo assim, se isso for confirmado, o custo das indústrias vai subir e essa despesa operacional vai ser repassada para o consumidor, afetando toda a população.

Existe também o risco para o meio ambiente. A Eletrobras conta com 47 barragens e nenhuma delas ameaçou romper e causar catástrofes, como a de Brumadinho e a de Mariana, ambas privatizadas.

Além disso, pode ocorrer a demissão de diversos funcionários da empresa, provocando malefícios para muitas famílias. Por fim, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirma que nunca mais irá existir o programa Luz para Todos, pois nenhuma empresa privada vai querer fornecer luz de graça para os indivíduos e ainda diz que algumas privatizações serão rediscutidas se ele for eleito.

Conclusão

Diante do cenário discutido, vê-se que a privatização da Eletrobras, que já se concretizou, foi e ainda é alvo de diversos tipos de opiniões que muitas vezes se confrontam. Do ponto de vista da economia, as reais consequências dessa operação só irão se mostrar após um certo período, devido as várias questões burocráticas e de administração geral tanto da própria empresa quanto do governo nessa transição de poder.

De ante mão, essa nova forma de gerência da energia elétrica nacional leva a um questionamento sobre a autonomia de um governo em seu país e até quando o limite entre o público/privado se delimita de forma consistente. Nesse caso, vê-se uma tendência mundial da inserção de capital privado na economia dos países de um modo geral e de forma mais intensa naqueles em desenvolvimento.

Como o Brasil vai se comportar ainda é uma questão que será respondida a médio/longo prazo, mas, como visto, os impactos aos consumidores podem chegar bem antes de um real balanço se essa decisão foi acertiva ou foi um grande erro para o país. No mais, há fortes tendências de uma pressão popular quando os preços dos bens de consumo e da tarifa energética se elevarem, o que faz com que o processo de transferência do público para o privado precise ser feito cautelosamente.

**Bianca Freitas
Leonardo Vieira
Lucas Carvalho**

Disclaimer

Avisos – As informações contidas nesse artigo foram obtidas de fontes abertas ao público em geral, mas consideradas pelo(s) membro(s) da Liga do Mercado Financeira como confiáveis e fidedignas. A Liga do Mercado Financeiro não responde legalmente com nenhum tipo de garantia, uma vez que este artigo tem apenas fins didáticos e não consiste de forma alguma como recomendação ou análise de um profissional.